

MAPEAMENTO DAS LÍNGUAS DE SINAIS EMERGENTES E DE COMUNIDADES ISOLADAS ENCONTRADAS NO BRASIL.

Diná Souza da Silva (UECE)

Ronice Muller de Quadros (UFSC)

A língua de sinais recebeu reconhecimento linguístico no âmbito internacional, principalmente após os estudos do linguista americano William Stokoe, da Universidade Gallaudet, ao comprovar, em 1960, que a língua de sinais atendia de fato a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma infinidade de proposições. Seu estudo consistiu em demonstrar que as línguas de sinais possuem três parâmetros principais (localização, configuração de mão e movimento executado) análogos aos fonemas da fala (SACKS, 1998, p.88).

Segundo Kumada (2012) citando Sá (1999, p.138) no Brasil, as pesquisas sistematizadas sobre a Libras tiveram início em 1981, com a linguista Lucinda Ferreira-Brito ao falar sobre Bilinguismo para Surdos na 33ª Reunião Anual da SBPC, em Salvador (BA). Ferreira-Brito foi a primeira linguista brasileira a investigar as línguas de sinais brasileiras, inclusive o sistema linguístico de sinais utilizado pela comunidade indígena Urubu-Kaapor, situada a uma região próxima do Rio Gurupi, no Estado do Maranhão que em 1968 foi pesquisada por Kakumasu (FERREIRA-BRITO, 1984, p.20).

Apesar dos primeiros estudos internacionais de comprovação linguística da língua de sinais datarem da década de 60 e, em âmbito nacional, se constituírem na década de 80, somente em 2002, com a Lei Federal Nº 10.436, a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como língua da comunidade surda do Brasil (BRASIL, 2002, p.23). Todavia, apesar do avanço em relação ao reconhecimento das línguas de sinais, cabe ressaltar a insistente invisibilização que se faz da surdez dentro das discussões sobre minorias linguísticas. Como exemplo disso é possível mencionar o apagamento das línguas de sinais e da comunidade surda no documento que trata sobre a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, publicado por Oliveira (2003, p.7).

De acordo com o portal do O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) outro resultado da mobilização que envolveu setores da sociedade civil e governamentais interessados em mudar esse cenário é o Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) como

instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e dentre elas a Libras.

Nesta perspectiva, de acordo com Morello (2012), a política do inventário pode abordar uma língua e seus usos de modo amplo, englobando o autoreconhecimento do falante como parte dela, validado por seus pares. Com essa ação, o INDL permite que se reafirmem vínculos identitários, e assim alavanca de forma importantíssima um mote para a produção e disponibilização de novos sentidos, agora positivos, para o fato de se falar outra língua ou pertencer a uma distinta comunidade linguística no Brasil.

Sabemos que no Brasil, há mais de 200 línguas no Brasil atualmente – sejam elas indígenas, de imigração, crioulas, afro-brasileiras ou de sinais – embora em número infinitamente menor do que as cerca de 1.500 existente há quinhentos anos, são a expressão de uma diversidade linguística que resistiu e que agora está disponível para que o cidadão brasileiro possa com ela se identificar e nela investir simbolicamente, culturalmente, economicamente (MORELLO, 2012)

Nesta perspectiva, o INDL, propõe uma articulação a outras ações como a da cooficialização de línguas, podendo assim, iluminar a configuração de um novo quadro para a promoção das línguas brasileiras, caminhando na direção da consolidação social e política dessa noção línguas brasileiras, não apenas como identificação de um povo, mas sobretudo como espaço de negociação e de fortalecimento das diversas comunidades linguísticas.

Deste modo, as línguas de sinais têm buscado, através de um longo período da história, alcançar o status linguístico que lhe é direito e, apesar das conquistas mencionadas, ainda nos dias atuais a Libras é facilmente colocada sob a suspeita de não ser uma língua assim como à língua portuguesa. O monolinguismo, frequentemente, atribuído à língua de sinais como sendo uma só para todos os países é um dos exemplos do seu não reconhecimento enquanto língua de fato.

A análise histórica apresentada até aqui demonstra que essa necessidade constante de autoafirmação da língua de sinais enquanto língua não é decorrente apenas do desconhecimento de leigos na área, pois, conforme apontado por Sacks (1998, p.33), mesmo a figura fulcral de L'Épée não considerava como língua os sinais utilizados pelos surdos. Assim assevera-se de forma semelhante o reconhecimento tardio da língua de sinais, os “sinais emergentes” podem não estar sendo valorizados linguisticamente em decorrência de uma série de fatores sócio-históricos envolvendo as representações sobre o surdo e sobre a língua de sinais.

No Brasil, de acordo Fernandes (2012) em todo o país as associações de surdos¹ em vários estados no país a partir da década de 1990 começaram a militar por melhores condições no tocante a acessibilidade linguística, e através da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), criada em 1987, iniciaram um movimento que culminou com a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), no dia 24 de abril de 2002, pela Lei Federal Nº 10.436, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Após o reconhecimento da Libras, por todo o Brasil houve um avanço na luta e no fortalecimento das comunidades surdas, contribuindo três anos depois para a regulamentação da citada lei através do Decreto Federal Nº 5.626 promulgado em 22 de dezembro de 2005.

A Libras como vimos acima é a sigla utilizada para designar a Língua Brasileira de Sinais, utilizada pelas comunidades surdas brasileiras, principalmente dos centros urbanos, pois muitas vezes os surdos que vivem em tribos indígenas, localidades distantes e em zonas rurais acabam por desconhecer-la e, assim, acabam por desenvolver um sistema de comunicação própria, restrito e relacionado às situações e vivências cotidianas. Sobre as diversas línguas de sinais, conversaremos no tópico a seguir.

2 As línguas de sinais brasileiras

O reconhecimento das línguas que coexistem no mundo e em específico no Brasil possuem respaldo na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de 1996². Dentre essa variedade é preciso considerar as diversas formas de comunicação entre pessoas surdas e entre estes e pessoas ouvintes. Nas palavras de Oliveira (2003):

No Brasil de hoje são falados por volta de 210 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 180 línguas, chamadas de *autóctones*, como o guarani, o tikuna, o yanomami, o kaingáng; e as comunidades de descendentes de imigrantes, cerca de outras 30 línguas, chamadas de *alóctones*, como o alemão, o italiano, o japonês, o árabe, o polonês. As línguas africanas, embora formalmente extintas, sobrevivem no léxico e em práticas sociais diversificadas dos descendentes dos antigos escravos. O Brasil é, portanto, como a maioria dos países do mundo, plurilíngue e multicultural. (Oliveira, 2003, p. 7)

Tais registros carregam, não apenas ampliação de direitos dessas minorias linguísticas, mas, também conceitos e práticas próprias de uma forma específica de encarar tais línguas e

¹ De acordo com o Site da Confederação Brasileira de Desporto Surdo (CBDS), dados obtidos em 2011 revelam a existência de 135 Associações de Surdos no Brasil.

² O texto da presente Declaração foi inicialmente produzido no âmbito do PEN Internacional e depois com o apoio de outras organizações, tendo contado com o patrocínio da UNESCO. INTRODUÇÃO As instituições e organizações não governamentais signatárias da presente Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, reunidas em Barcelona de 6 a 9 de Junho de 1996. (OLIVEIRA, 2003)

no caso dos surdos a de sinais e, conseqüentemente, os ouvintes e as outras línguas de sinais não oficiais.

Conforme citado anteriormente, os estudos estruturados sobre a língua de sinais brasileira iniciaram-se na década de 1980 com a pesquisadora Lucinda Ferreira Brito (1984), num estudo pioneiro no país, trazendo algumas considerações iniciais sobre a língua de sinais dos indígenas Urubu-Kaapor (Língua de Sinais Kaapor Brasileira - LSKB) do Maranhão. Recentemente, Pereira (2013) em sua tese de doutorado, apresentou um estudo antropológico sobre uma língua de sinais utilizada por aproximadamente 36 surdos na comunidade de Várzea Queimada, zona rural de Jaicós interior do Piauí. Esta língua de sinais foi denominada de Cena, sendo utilizada na referida comunidade tanto por pessoas surdas quanto ouvintes.

A partir dos estudos de Pereira (2013) e Zeshan (2009) apreende-se que existiriam em se tratando de comunidades surdas e suas respectivas línguas de sinais, pelo menos 05 tipos:

Tabela 01: Tipo de comunidades surdas

Tipo	Autores	Local da Pesquisa
Indígenas	Kakamasu (1968) e Ferreira-Brito (1984)	Aldeia Urubu-kaapor (Brasil)
Centros Urbanos	Ferreira - Brito (1984)	Grandes Centros urbanos do Brasil
Ilhas	Martinod (2012); Formigosa (2013) e Fusilier (2016)	Ilha do Marajó (Pará – Brasil)
Vilas	Groce (1985)	Martha's Vyneyard (USA)
Zona Rural	Pereira (2013)	Cena (Piauí-Brasil)

Fonte: Silva (em elaboração).

Seguindo a mesma perspectiva da Tabela 01, podemos pensar em outros enfoques conforme anunciou Pereira (2013), que poderiam ser estruturados a partir de duas frentes: a primeira que leva em consideração “as línguas de sinais emergentes” em outras esferas, fora dos limites das línguas nacionais, com especial enfoque nas descrições dessas línguas; e em segundo lugar as que priorizam as relações socialmente estabelecidas entre os surdos e ouvintes salientando aspectos da integração social e das nuances produzidas pela surdez na esfera social.

Esse potencial linguístico de ascensão, também foi vislumbrado por Souza e Segala (2009, p.27) que ao discutirem a evolução das “línguas de sinais emergentes” mencionando que a maior parte das línguas de sinais “[...] nasceu do contato entre duas ou mais línguas ou de uma língua e sistema de sinais caseiros ([denominada pelos autores de] Línguas de Sinais

Primárias), num processo de pidgin³ seguido de crioulização⁴". Os estudos apontados acima são, em grande medida, indicativos de possíveis campos de pesquisa, acrescenta-se ainda que para Vilhalva (2012, p.137-138) os sinais emergentes foram criados devido a uma necessidade de comunicação, passando por sinais indicativos, icônicos e arbitrários.

Pelo que pode se apreender, os autores não se debruçaram na sua totalidade (ou pelo menos não nos dão elementos para refletir) sobre a realidade linguística efetiva e sociocultural das localidades pesquisadas, sendo que apontam questões de ordem linguística, refletindo sobre as diferenças lexicais entre as "línguas indígenas" e as "línguas nacionais", mas não temos elementos suficientes para pensarmos como essas línguas "indígenas" são usadas ou pensadas pelos moradores das localidades.

Woodward (1996) e Nonaka (2004) citados por Quadros & Leite (2014), apresentam um modelo tripartido de variedades de línguas de sinais, que será também útil para a discussão da presente proposta: as línguas de sinais nacionais, que desfrutam de algum reconhecimento e/ou políticas linguísticas que as colocam como língua oficial da comunidade surda de seus respectivos países; as línguas de sinais nativas, faladas em pequenas comunidades pouco ou nada urbanizadas, em geral distantes dos grandes centros, que apresentam grande incidência de surdez; e as línguas de sinais originais, que também eram faladas por pequenas comunidades de surdos previamente à instituição de uma língua de sinais nacional no país.

Face ao exposto, urge a necessidade de se ter um novo olhar sobre essas línguas de sinais emergentes (Nonaka, 2007, 2009, 2010, 2011), posto que de acordo com Quadros & Leite (2014) é a documentação que permitirá não apenas às comunidades usuárias dessas línguas, mas a toda população do país, reconhecer o valor e a riqueza de suas particularidades linguísticas e das perspectivas culturais nelas imbuídas, bem como a promoção da diversidade linguística e cultural como um patrimônio da humanidade.

Na Tabela 02 que veremos a seguir, há estudos que versam sobre pelo menos 12 (doze) línguas de sinais utilizadas por comunidades surdas no Brasil, todavia tais estudos são bastante iniciais necessitando ainda de pesquisas que nos levem a conhecer a descrição linguística das referidas línguas para assim registrá-las e documentá-las como Patrimônio Imaterial da Cultura Surda Brasileira anteriormente já anunciado por Rosa (2013).

³ Conforme Pereira (2006:118), pidgin é uma forma de linguagem "inventada" para efeitos de comunicação muito reduzida em contextos multilíngues em que uma das línguas é socialmente dominante.

⁴ Parâmetro adotado por DeCamr (1971, p. 16) para definir língua crioula, como "a língua nativa da maioria de seus falantes" (traduzido do original).

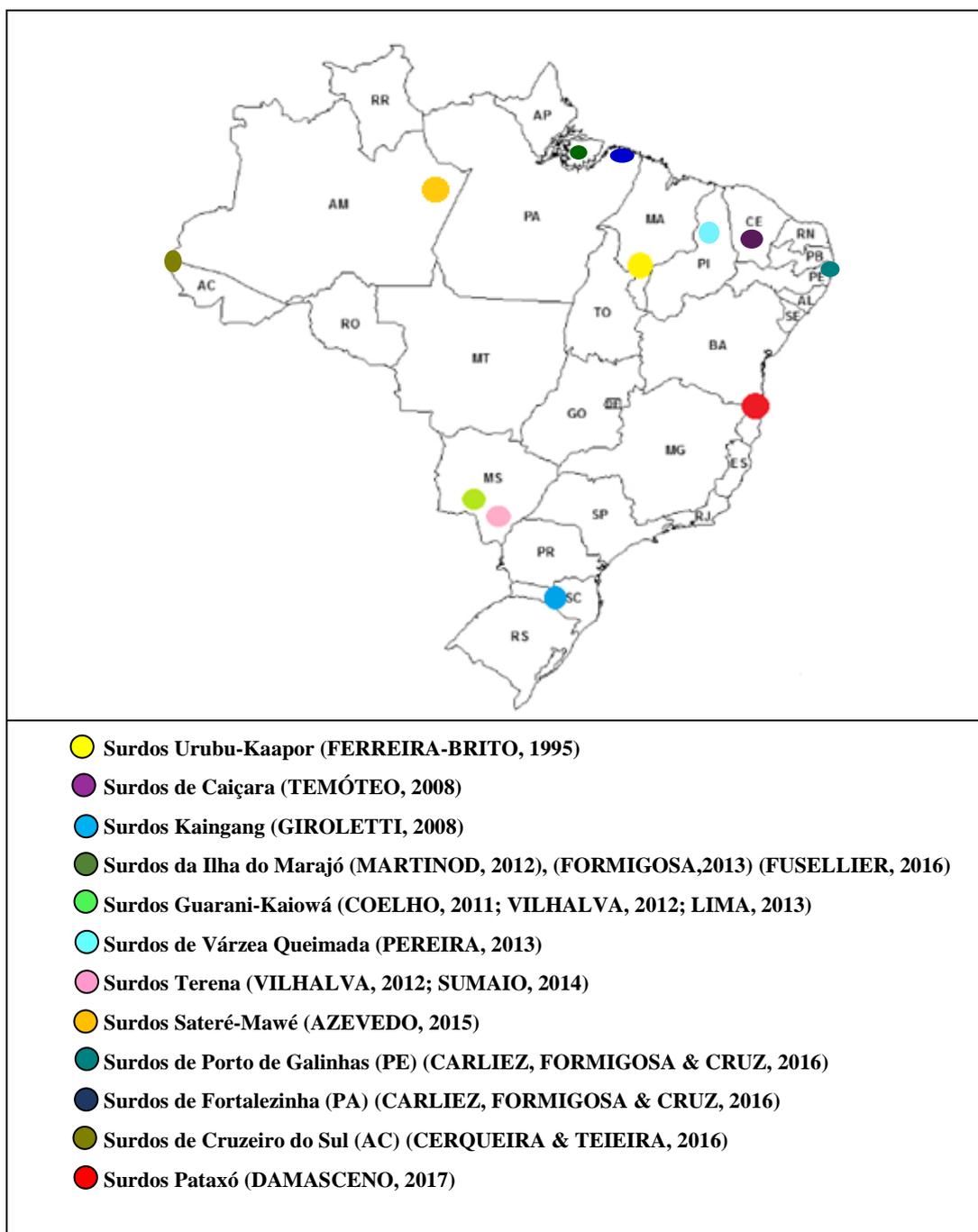
Tabela 02: Línguas de Sinais do Brasil

Classificação da língua de sinais segundo (Quadros & Leite, 2014)	Classificação da comunidade surda segundo (Quadros & Silva, 2017)	Autor (ano)	Nome da Língua de sinais	Localização
Língua de sinais Nacionais	Centros Urbanos	Ferreira-Brito (1984)	Libras	Todo o território brasileiro.
Língua de sinais original	Aldeias	Kakamasu (1968) e Ferreira – Brito (1984)	Língua de Sinais Urubu – Kaapor	Índios Urubu – Kaapor (Maranhão – Brasil)
		Azevedo (2015)	Língua de Sinais Sateré-Waré	Índios Sateré – Ware (Parintins – Manaus)
		Giroletti (2008)	Língua de Sinais Kaingang	Índios Kaingang (Xanxerê – Santa Catarina – Brasil)
		Vilhalva (2012) Sumaio (2014)	Língua de Sinais Terena	Índios Terena (Mato Grosso do Sul – Brasil)
		Coelho (2011) Vilhalva (2012) Lima (2013)	Língua de Sinais Guarani - Kaiowá	Índios Guarani- Kaowá (Mato Grosso do Sul – Brasil)
		Damasceno (2017)	Língua de Sinais Pataxó	Índios Pataxó (Aldeia Coroa Vermelha – Bahia)
Língua de sinais nativa	Comunidades Isoladas	Pereira (2013)	Cena	Várzea Queimada (Jaicós-Piauí-Brasil)
		Cerqueira & Teixeira (2016)	Acenos	Cruzeiro do Sul (Acre- Brasil)
		Charlize, Formigosa & Cruz (2016)	Língua de Sinais da Fortalezinha (PA)	Pará – Brasil
		Martinod (2012) Formigosa (2013) Fusilier (2016)	Língua de Sinais de Ilha do Marajó	Ilha do Marajó (Ilha de Soure) /Pará – Brasil
		Carliez, Formigosa & Cruz (2016)	Língua de Sinais de Porto de Galinha (PE)	Porto de Galinhas (PE – Brasil)
		Temóteo (2008)	Língua de sinais de Caiçara	Sítio Caiçara -Várzea Alegre – Ceará – Brasil.

Fonte: Silva (em elaboração)

Damasceno (2017) apresenta um mapeamento das línguas de sinais indígenas brasileiras estabelecidos geograficamente, no qual incluímos também as línguas de sinais dos vilarejos brasileiros. A Libras, no entanto, não pode ser situada desta mesma forma por estar espalhada por todo território brasileiros.

Figura 1: Mapeamento das línguas de sinais brasileiras (adaptado de Damasceno, 2017 p. 158)



Nonaka (2010) nos alerta para o risco que estas línguas utilizadas por comunidades surdas isoladas sofrem, o risco de desaparecimento. Deste modo, urge processos de

reconhecimento dessas línguas como legítimas (tanto para o estado quanto para os estudos linguísticos), já que a própria estrutura dessas comunidades se posta como fragilizada e com crescente influência das línguas nacionais, tendem a se modificar. Para tanto, Quadros & Leite (2014) afirmam que somente com a documentação será possível não apenas às comunidades usuárias dessas línguas, mas a toda população do país, reconhecer o valor e a riqueza de suas particularidades linguísticas e das perspectivas culturais nelas imbuídas.

Reflexões finais

Para além da comunidade surda brasileira que usa a língua brasileira de sinais, a Libras, uma língua de sinais nacional, constatamos a existência de várias comunidades surdas brasileiras locais pertencentes às comunidades locais e indígenas de diferentes regiões do Brasil. Tais comunidades com suas respectivas línguas apresentam diferentes níveis de vitalidade linguística que podem ser consideradas em risco por serem comunidades pequenas, integrando poucos usuários da respectiva língua de sinais. A ação que temos que encampar é de políticas linguísticas que fortaleçam tais línguas no sentido de garantir a pluralidade linguística das línguas de sinais brasileiras. O bilinguismo, portanto, constitui-se para além do par Libras e Língua Portuguesa, passando a incluir várias outras línguas de sinais nas respectivas regiões.

As comunidades surdas são estabelecidas em diferentes espaços geográficos enquanto minoria linguística local e minoria espalhada nos grandes centros urbanos. As marcas culturais estabelecidas por estas comunidades têm em comum o pertencimento a um grupo com a presença de várias pessoas surdas que usam uma língua visual-espacial, uma língua de sinais. No Brasil, temos além de uma língua de sinais nacional, a Libras, várias outras línguas de sinais espalhadas em comunidades locais e indígenas. O valor destas línguas está intrinsecamente ligado às pessoas que a usam em seus núcleos sociais por meio do encontro surdo-surdo e o encontro surdo-ouvinte e que formam a diversidade brasileira linguística e cultural.

Referências

AZEVEDO, M. J. S. **Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins.** Dissertação de

Mestrado– Manaus: UEA, 2015. 115fls. il.: 30cm. Disponível em:

<http://www.pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/23-13.pdf>.

BRASIL. Lei 10.436/02 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm

_____. Decreto nº 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/96150/decreto-5626-05>

CARLIEZ, M. L. **Collecte des LS des sourds de Soure (Île de Marajó) et de Fortalezinha: un parcours méthodologique** (2008-2013). Recherche non publiée, réalisée à Paris 8, en régime de postdoctorat.

_____, M. L. S. S.; FORMIGOSA, E.; CRUZ, E. B. **Accessibilité et égalité des chances aux micro-communautés des sourds brésiliens : vers la reconnaissance des langues des signes pratiquées par les sourds de Soure (Île de Marajó) et Fortalezinha-PA et Porto de Galinhas-PE**. MOARA, v. 1, p. 113-143, 2016.

_____, M. L. S. S. & FUSELLIER, I. **Collecte des langues des signes des sourds de Soure (Île de Marajó): un parcours méthodologique (2008/2013), les enjeux sociaux et politiques de la non reconnaissance des langues des signes émergentes pratiquées par ces sourds** MOARA, v. 1, p. 144 - 160, 2016.

CERQUEIRA, I.F. & TEIXEIRA, E.R.T. Iconicidade e realidade: um olhar sobre a produção de sinais dos surdos do município de Cruzeiro do Sul/Ac. In: **ANTHESIS: Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Ocidental**, ano 05, nº 08, 2016. Disponível em:

<file:///D:/Users/Windows7/Downloads/496-1272-1-PB.pdf>.

COELHO, L. L. **A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola** [Dissertação de Mestrado]. Dourados: UFGD, 2011. 125 f.

DAMASCENO, L. M.S. **Surdos Pataxó: inventário das Línguas de Sinais em território etnoeducacional**. Dissertação de Mestrado. Bahia: Universidade Federal da Bahia. 2017.

DE CAMR David. **The study of pidgin and creole languages**. In: HYMES, D. (Ed.). Pidginization and creolization of languages. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 13-4

FERNANDES, S.. Educação de surdos. Curitiba: Editora IBPEX, 2012. (Série Inclusão Escolar).

FERREIRA-BRITO, L. 'Similarities and differences in two Brazilian sign languages'. **Sign Language Studies**, 42, 1984. P. 45-56.

FORMIGOSA, E. **Étude de la variation linguistique de la ls au Brésil dans l'enseignement de la Libras**, Paris 8. 2015.

GIROLETTI, M. F. P. **Cultura Surda e Educação Escolar Kaingang**. Dissertação de Mestrado - Florianópolis: UFSC, 2008.

GROCE, N. E. **Everyone here spoke sign language: hereditary deafness Martha's Vyneard**. London: Harvard University Press, 1985.

KAKUMASU, J. Urubu Sign Language. **International Journal of American Linguistics** 34: 275-281. 1968.

KUMADA, K.M.O. **“No começo ele não tem língua nenhuma, ele não fala, ele não tem LIBRAS, né?”: representações sobre línguas de sinais caseiras**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Linguística Aplicada. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2012.

LIMA, J. M. S. **A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola** [Dissertação de Mestrado]. UFGD, 2013.

MARTINOD, E. **Les LS pratiquées par des sourds isolés de Marajó**. Dissertação de Mestrado defendida na Université Vincennes Saint Denis- Paris 8, 2013.

MORELLO. R. **Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**. Gragoatá, Rio de Janeiro, n. 32, 2012.

NONAKA, A. Sign language the forgotten endangered languages: lessons on the importance of remembering. **Language in society**, 33 (5), 2004. P. 737-767.

_____, A. **Emergence of an indigenous sign language and a speech/sign community in Ban Khor, Thailand.** Ph.D. in Linguistic Anthropology, University of California, Los Angeles, 2007.

_____, A. Estimating size, scope, and membership of the speech/sign communities of undocumented indigenous/village sign languages: The Ban Khor case study. In: HARRIS, Roy. **Language and Communication.** Vol. 29, issue 3, 2009.

_____, A.M. Interrogatives in Ban Khor Sign Language: A Preliminary Description. In D.J. Napoli and G. Mathur (eds.). **Deaf around the world: The impact of language.** Oxford and New York: Oxford University Press. 2010.

_____, A. Language socialization and language endangerment. In: DURANTI, Alessandro. **OCHS**, Elinor. 2011.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística.** Campinas (SP): Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

PEREIRA, Dulce (2006), **Crioulos de base portuguesa**, Lisboa: Caminho.

PEREIRA, E. L. **Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. 380p.

QUADROS, R. M. & LEITE, T. A. Línguas de sinais do Brasil: reflexões sobre o seu estatuto de risco e a importância da documentação. In: QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R.; LEITE, T. A. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais II.** Florianópolis. Ed. Insular. 2014.p.15-28.

QUADROS, R. M. de; MASUTTI, M. L. e STROBEL, K. Deaf Gains in Brazil: Linguistic Policies and Network Establishment In: **Deaf Gain: Raising the Stakes for Human Diversity** 1 ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014, v.1, p. 341-355.

ROSA, F. S.; LEBEDEFF, T. B.; MONTE, M. S. R. Memórias Linguísticas e registros dos verbos do sistema de sinais caseiros de duas crianças surdas de Jacaré dos Homens. In: COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena. **Cartografias da surdez: Comunidades, línguas, práticas e pedagogia.** Porto: Livpsic, 2013.

SÁ, N.R.L. de. 2011. Escola e Classes de surdos: opção político pedagógica legítima. In: N.R.L. de SÁ, **Surdos: qual escola?** Manaus, Editora Valer e Edua, p. 17-61.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, D. S. **A língua de sinais de vilarejos brasileiros: os casos da língua de sinais Caiçara e a língua de sinais Cena.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina. (Em elaboração)

SOUZA, R.B.; SEGALA, R.R. **A perspectiva social na emergência das Línguas de Sinais: a noção de comunidade de fala e idioleto segundo o modelo teórico laboviano.** In: QUADROS, R.M.; STUMPF, M.R. (Org.). Estudos Surdos IV, Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

SUMAIO, P.A. **Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos.** 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.

TEMÓTEO, J.G. **Diversidade linguístico-cultural da língua de sinais do Ceará: um estudo lexicológico das variações da Libras na comunidade de surdos do Sítio Caiçara.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2008

VILHALVA, S. **Índios surdos: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2012

WOODWARD, J. C. Jr. Signs of change: historical variation in american sign of deafness. Washington: **Gallaudet University Press**, 1996.

ZESHAN, U. Raízes, folhas e ramos -a tipologia de línguas de sinais. In: QUADROS, RM; VASCONCELLOS, MLB. **Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais.** 9o Theoretical issues in sign language research conference Florianópolis, Brasil, Dezembro Ed. Arara Azul. 2006, p. 30-39.

Sites

CBDS: <http://www.cbsurdos.org.br/associacoes.htm>